

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA DAS REGIÕES NORTE E NOROESTE
FLUMINENSE - SÉCULOS XI E XX

Teresa de Jesus Peixoto Faria (UENF)

Danielle Barros Duarte (UENF)

Catherine de Souza Neves (UENF)

Mudanças na configuração da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense - séculos XIX e XX.

Este trabalho tem por objetivo dar conta da configuração da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense e analisar a viabilidade dos municípios que a compõem. Entendendo que uma dada região deve ter uma rede urbana bem estruturada, com uma hierarquia equilibrada, uma adequada distribuição espacial e com níveis de interação que complementem as atividades desenvolvidas, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de criação e urbanização dos municípios que compõem as regiões em tela, assim como a dinâmica e a estrutura da rede urbana, ressaltando a especificidades da organização hierárquica dos centros e a condição destes para desempenharem suas funções. Assim, ao revelar as peculiaridades da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense, este trabalho espera contribuir com as pesquisas que buscam conhecer as desigualdades regionais visando à elaboração de propostas de planejamento e desenvolvimento regional voltados para a especificidade destas regiões.

Introdução

Os municípios que compõem a atual região Norte Fluminense são: Campos dos Goytacazes; São João da Barra; Macaé; São Fidélis; Conceição de Macabu; Cardoso Moreira; Quissamã; Carapebus e São Francisco do Itabapoana. A região Noroeste Fluminense é constituída pelos seguintes municípios: Itaperuna; Itaocara; Cambuci; Miracema; Bom Jesus do Itabapoana; Natividade; Porciúncula; Laje do Muriaé; Italva; Aperibé; Santo Antônio de Pádua, São José do Ubá e Varre-Sai.

Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Macaé deram origem a maioria dos municípios¹ que, atualmente, constituem as regiões em tela (FARIA: 2002, 2003). Estas cidades pertenciam a antiga Região Norte Fluminense que nos seus primórdios compreendia o território que hoje forma a região Noroeste Fluminense e por conseguinte seus municípios.

Importa lembrar que as *vilas* e *idades* coloniais brasileiras se interligavam apenas para atender a sua função comercial. Isoladas, por imensos espaços vazios, eram concebidas como unidades dissociadas. Aliás, os centros urbanos tinham uma ligação mais estreita com a *Metrópole* que com seu território circundante.

A partir da Independência, as incompatibilidades, entre a cidade colonial e o projeto de modernização que começa a ser esboçado para a Nação, se evidenciam. A busca da integração do território contribuiu para a formação das primeiras redes urbanas. As relações entre as cidades se intensificaram a partir da introdução de vias de circulação, principalmente estradas de ferro, a partir da segunda metade do século, permitindo um uso mais dinâmico do território e conduzindo a uma nova organização e divisão territorial do trabalho (SANTOS E SILVEIRA: 2003).

Neste processo de busca de integração do território e de articulação entre os municípios, a rede urbana da antiga região Norte Fluminense se estruturou economicamente em torno da indústria sucro-alcooleira e da pecuária, se configurando a partir da criação de um sistema de circulação, com o intuito de articular os diferentes núcleos urbanos para que a produção exportada e importada se realizasse plenamente. Desenha-se, então uma rede urbana, ordenada e hierarquizada pela circulação, onde a cidade de Campos é pensada como cidade centro de toda a região (FARIA: 2003).

Podemos concluir que, a partir da segunda metade do século XIX, as cidades articuladas em rede são vistas como elementos-chave para o desenvolvimento econômico e urbano do país. É assim que a cidade de Campos dos Goytacazes vê reforçada a sua posição de centro polarizador e dinamizador da região Norte Fluminense.

Este trabalho tem por objetivo dar conta da configuração da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense e analisar a viabilidade dos municípios que a compõem.

Entendendo que uma dada região deve ter uma rede urbana bem estruturada, com uma hierarquia equilibrada, uma adequada distribuição espacial e com níveis de interação que complementem as atividades desenvolvidas, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de criação e urbanização dos municípios que compõem as regiões em tela, assim como a dinâmica e a estrutura da rede urbana, ressaltando a especificidades da organização hierárquica dos centros e a condição destes para desempenharem suas funções. Assim, ao revelar as peculiaridades da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense, este trabalho espera contribuir com as pesquisas que buscam conhecer as desigualdades regionais visando à elaboração de propostas de planejamento e desenvolvimento regional voltados para a especificidade destas regiões.

A instalação dos Municípios: séculos XIX e XX

O município português foi transplantado para o Brasil com as mesmas organizações e atribuições políticas, administrativas e judiciais, sob vigência das Ordenações Filipinas, Manuelinas e Afonsinas que regeram o país até a Independência, em 1822² (LEAL, 1997). Durante o Império, *vilas* e *idades* adquirem uma grande importância, e conseqüentemente as suas funções administrativas são fortalecidas, embora subordinadas aos presidentes de Província. Note-se, porém que os critérios para oficializar um centro urbano não eram muito diferentes daqueles utilizados no período colonial, ocorrendo que muitas aglomerações eram elevadas à categoria de *vila* ou *idade* apenas por interesses pessoais ou vaidade dos grupos dominantes.

Com o advento da República, em 1889, e a promulgação da Constituição de 1891, o Brasil passa a ser um Estado Federativo formado pelo Distrito Federal, Estados e Municípios que passam a ter uma certa autonomia. Assim, a *idade*, sua sede, passa a ser a aglomeração urbana mais importante. As *vilas*, por conseqüência, perdem o status de centro urbano autônomo.

A criação de novos municípios, logo de cidades, até os anos oitenta, do século XX, dependia de períodos de maior ou menor centralização político-administrativa.

A Revolução de 30, por exemplo, com Getúlio Vargas no poder, o sistema administrativo voltou a ser centralizado. Os governadores passaram a ser nomeados pelo presidente e os prefeitos pelos governadores. Mas, o sistema de franquias foi mantido e ampliado por Vargas que fazia, da autonomia dos Estados e Municípios, a base da federação que se implantava (Meirelles: 1990). A Constituição de 1934 reforçou a autonomia dos municípios, não apenas por garantir a eleição das Câmaras Municipais e dos prefeitos, mas também por assegurar-lhes rendas próprias para a realização de serviços públicos. Entretanto, com o golpe de 1937, Getúlio Vargas adquire poderes absolutos, impondo uma nova fase de extrema centralização, marcando o enfraquecimento dos municípios.

Neste contexto, Mello (1971) aponta que a Constituição de 1946 representou um marco decisivo na evolução dos municípios, pois lhes garantiu autonomia político-administrativa e recursos financeiros. Mello remarca que, no entanto, faltou ao município a demarcação da competência funcional que lhe mostraria o campo de atuação na prestação de serviços públicos, logo no processo de desenvolvimento.

Entre 1960 e 1964, houve um aumento significativo do número de municípios. Em 1º de setembro, quando da realização do Censo, existiam 2.766 municípios; em dezembro do mesmo ano esse número acendera a 2.855 municípios, indicando a criação de 89 novas unidades. No ano de 1961, mais 286 municípios foram criados; em 1962 este número correspondeu a 492. Em 1963, o número de municípios criados atingiu o marco surpreendente de 681 novas unidades. Neste período, subtraindo-se os municípios que foram extintos, o total de municípios chegou a 4.235 unidades (NEVES: 2003).

O regime militar, instaurado com o golpe de 1964, não apenas suprimiu a autonomia estadual e municipal, como freou o processo de criação de municípios, além de extinguir inúmeras das unidades criadas nos anos anteriores. No final de 64, o saldo era de 4.115 municípios; em 1965 este número ficou reduzido a 3.957; no ano de 1970, reduziu-se a 3.952 o número de municípios e em 1979 a 3.974 municípios. Entre 1970 e 1980 foram criados 40 novos municípios, fazendo com que no ano de 1980 fosse registrado o número de 3.991. Com o início da distensão militar,

na década de 80, reiniciou-se o processo de criação de novos municípios. Assim, foram criados 500 novos municípios.

Tabela 1: Centros urbanos das regiões Norte e Noroeste Fluminense: ano de elevação à categoria de cidade (século XIX- 1988)

Século XIX	1900-1930	1930-1946	1946-1964	1964-1988	Após 1988
Campos dos Goytacazes (1835)		Miracema (1935)	Natividade de Carangola (1947)	Italva (1986)	Quissamã (1989)
São João da Barra (1837)			Porciúncula (1947)		Cardoso Moreira (1989)
Macaé (1845)			Conceição de Macabu (1953)		Aperibé (1993)
São Fidélis (1850)					Varre e Sai (1993)
Itaperuna (1885)					São José de Ubá (1995)
Santo Antônio de Pádua (1889)					Carapebus (1997)
Itaocara (1890)					São Francisco do Itabapoana (1997)
Cambuci (1891)					

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), organismo responsável pelos censos e pela divisão do território nacional, “cidade é a sede administrativa de um território autônomo (Município), ou seja, a aglomeração que leva o mesmo nome do Município”.

A Constituição de 1988, ao integrar o município na federação, contribuiu para o fortalecimento do município que ganha autonomia política, administrativa e financeira, acelerando a emancipação de distritos municipais. No estado do Rio de Janeiro o número de municípios saltou de 70, em 1991, para 92 dez anos depois (MONIÉ: 2003). De 1985 a 2000 foram criados 37

novos municípios. Nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, após 1988, distritos foram emancipados constituindo 7 novos municípios.

Tabela 2: Municípios instalados nos períodos dos censos demográficos 1940 a 1999, segundo dados do IBGE

Ano	Número de municípios
1940	1.574
1950	1.889
1960	2.766
1970	3.952
1980	3.991
1991	4.491
1993	4.974
1997	5.498
1999	5.506

As cidades em rede: a hierarquia dos centros urbanos

Apesar do evidente declínio da indústria sucro-alcooleira, observa-se, que a partir dos anos 1980, a descoberta do petróleo inaugura um novo ciclo econômico na região Norte Fluminense com a emergência de novos setores dinâmicos na economia nacional. Podemos destacar ainda, a produção de cerâmica, fruticultura, a dinamização de setor de serviços, com destaque para o setor educacional.

A região Noroeste Fluminense desenvolve atualmente a pecuária leiteira e o cultivo de café e apresenta-se com baixos índices de desenvolvimento.

Segundo Duarte que estudou a hierarquia da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense, através dos fluxos de comunicação, mais especificamente as ligações telefônicas interurbanas (2001), as principais cidades pólo³ da região Norte-Noroeste Fluminense são: Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Santo Antônio de Pádua e Itaocara (DUARTE: 2003, 24).

Tabela 3: Cidades Polarizadas

Cidades	Nº de chamadas	Nº de cidades polarizadas	População da sede (2000)	População polarizada
Campos dos Goytacazes	172.786	8	364.177	299.127
Itaperuna	76.143	7	77.378	87.310
Macaé	106.727	3	126.007	31.116
Stº Antônio de Pádua	35.807	2	29.415	22.770
Itaocara	16.540	1	15.928	6.842

Fonte: Duarte, 2003.

Os dados mostram que Campos dos Goytacazes confirma a sua posição histórica de cidade pólo das regiões Norte e Noroeste Fluminense, polarizando o maior número de cidades (8) e maior população (299.127 habitantes), seguida de Itaperuna (7 cidades e 87.127 habitantes) e Macaé (3 cidades e 31.116 habitantes). Itaperuna surge, então, como a cidade pólo da região Noroeste Fluminense.

Considerando que as atividades econômicas assim como as populações não se distribuem de maneira homogênea no espaço, contribuindo para que algumas localidades se destaquem por maior concentração econômica e demográfica, desempenhando, assim o papel de pólos de desenvolvimento, Duarte (2003) complementou suas análises se apoiando no modelo gravitacional para identificar os pólos das regiões Norte e Noroeste Fluminense e suas respectivas áreas de influência.

Tabela 4: Número de estabelecimentos das cidades pólo

Cidades	Comerciais	Serviços	Industriais
Campos dos Goytacazes	2.403	1.566	731
Macaé	933	904	304
Itaperuna	536	455	319
Santo Antônio de Pádua	295	166	208
Itaocara	150	60	41

Tabela 5: Área e população dos municípios da região Norte Fluminense

Cidades	Área (Km ²)	Nº de Habitantes da área urbana		Densidade demográfica (hab/m ²)
		1950	2000	
Campos dos Goytacazes	4 040,6	237 633	364 177	9,01
Carapebús	251,5	-	6 875	2,73
Cardoso Moreira	517,2	-	8 041	1,55
Conceição de Macabu	388,6	9 153	16 542	4,25
Macaé	1 229,1	45 720	126 007	10,25
Quissamã	724,3	-	7 699	1,06
São Fidélis	1 035,6	43 869	26 513	2,56
São João da Barra	457,8	18 722	19 631	4,28

Observa-se que a cidade de Campos é, de longe, a maior cidade da região Norte Fluminense tanto em área quanto em número de habitantes, seguida por Macaé que aparece, porém com maior densidade demográfica, sendo que sua área é quatro vezes menor que a de Campos, que fica em segundo lugar. O que denuncia a alta concentração demográfica de Macaé.

Vale lembrar, que Macaé tem surgido como cidade polarizadora de uma nova região formada por fluxos econômicos, a partir do surgimento e desenvolvimento das atividades petrolíferas que vêm remodelando as hierarquias urbanas regionais, onde “ilhas de produtividade” emergem em detrimento das históricas capitais regionais (MONIÉ, 2003). Contudo, Campos não perde sua posição, se firmando como centro prestador de serviços qualificados, principalmente no setor educacional.

Sem dúvida a atividade petrolífera representou uma ruptura com o passado. A região Norte Fluminense vê-se inserida num mundo globalizado, complexo rico e pouco afeito ao “local”, causando também, um grande impacto sobre o meio ambiente em termos de organização do espaço⁴.

Tabela 6: Área e população da região Noroeste Fluminense

Cidades	Área (Km ²)	Nº de Habitantes		Densidade demográfica (hab/m ²)
		1950*	2001**	
Aperibé	92,4	-	6 842	7,4
Bom Jesus do Itabapoana	599,4	31.852	27 425	4,57
Cambuci	561,6	38 670	9 946	1,77
Italva	294,8	-	8 841	2,99
Itaocara	428,7	24 069	15 928	3,71
Itaperuna	1 109,5	75 011	77 378	6,97
Laje do Muriaé	251,6	-	5 624	2,23
Miracema	302,5	18 722	24 044	7,94
Natividade	390,6	26 191	11 741	3,00
Porciúncula	301,5	14 670	12 018	3,98
Santo Antônio de Pádua	610,7	38 060	29 415	4,81
São José do Ubá	251,6	-	2 326	0,92
Varre-Sai	190,7	-	4 132	2,16

A cidade de Itaperuna se destaca por possuir a maior área assim como maior população e uma alta concentração demográfica. Miracema sendo proporcionalmente menor em área e em população (aproximadamente três vezes menor) apresenta maior concentração demográfica.

As análises foram enriquecidas com a informação dos Índices de Desenvolvimento Humano⁵ das cidades-pólo para verificar se as cidades que se destacam por apresentar maior concentração econômica e demográfica, também possuem as melhores condições de infra-estrutura e ou possuem melhor IDH.

Tabela 7: IDH-M das cidades-pólo.

Cidades	IDH-M**
Macaé	0,790
Itaperuna	0,787
Santo Antônio de Pádua	0,754
Campos dos Goytacazes	0,752
Itaocara	0,711

*Fonte: ONU, 2000

** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Os índices de Desenvolvimento apresentados e analisados por Duarte, demonstram que todas as cidades-pólo apresentam médio desenvolvimento humano. E apesar de Campos apresentar o maior número de estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais e ser a maior cidade da região Norte-Noroeste Fluminense, com relação ao IDH, a cidade ocupa a terceira posição entre as cidades-pólo. Macaé é a cidade que mais se aproxima de um alto desenvolvimento.

De um modo geral, as cidades da região Norte-Noroeste Fluminense são equiparadas no que concerne ao IDH. Inclusive nenhuma delas se apresenta com um baixo IDH. A única que aparece com um IDH menor que 0,7 é Varre-Sai com IDH 0,679. Note-se que o IDH foi analisado em sua forma geral, para um estudo mais aprofundado e mais próximo da realidade se faz necessário desconstruí-los.

Viabilidade dos municípios da região Norte-Noroeste Fluminense

Os municípios possuem duas fontes certas de recursos: a receita tributária e as transferências constitucionais de tributos federais e estaduais. A receita tributária dos municípios é oriunda dos tributos seguintes: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza (ISS), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – *inter vivos* (ITBI), Imposto Sobre Vendas a varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto óleo diesel (IVVC), Taxas: Contribuição de Melhoria. A constituição de 1988 fortaleceu financeiramente os municípios.

Lesbaupin (2000) alerta para a fragilidade das finanças municipais, especialmente dos municípios de menor população e mais pobres e, portanto, mais dependentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Bremaeker (1996) considera que a tábua de salvação dos municípios é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) um bolo de recursos dos governos federais e estaduais que, por lei, tem de ser dividido entre todos os municípios, principalmente entre aqueles com população inferior a 10 mil habitantes. Vale ressaltar que, nos últimos anos, as regras de repartição do FPM incentivaram a proliferação de centenas de novas pequenas unidades sem a menor condição de se sustentarem sem os repasses do governo federal. Assim milhares de pequenos municípios só sobrevivem graças ao FPM. Geralmente de base tipicamente rural, não possuem uma massa de contribuintes, qualitativamente e quantitativamente capaz de lhes possibilitar uma receita tributária expressiva. Além disso, remarca Bremaeker, os tributos que cabem aos municípios cobrar são, em sua maioria, de natureza urbana (ISS, IPTU, taxas e contribuições de melhoria).

Segundo Bremaeker o principal mote das emancipações municipais são as dificuldades financeiras por que passam as administrações Municipais. A dificuldade financeira faz com que os recursos de que as administrações dispõem sejam aplicados privilegiando-se a zona urbana, ou seja, a sede do município, em detrimento dos distritos da zona rural, estimulando a rivalidade local e aqueles distritos discriminados pela administração local passam a reivindicar sua autonomia política.

Outros motivos são apontados por Neves (2003) em seu estudo sobre a viabilidade econômica dos municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense criados a partir de 1985: descaso da administração do município de origem; existência de forte atividade econômica local; grande extensão territorial do município de origem e o grande aumento da população local; melhoria de vida dos cidadãos; desfrutar das vantagens da emancipação. Não descarta que além da motivação política de uma comunidade, a existência de oportunismo de políticos que, colocando-se como autores da emancipação, conseguem aumentar sua base eleitoral. O que explicaria o interesse pela proliferação de inúmeros municípios.

Davidovich (apud Monié, 2003) ressalta que no interior fluminense, o mapa da emancipação corresponde, nas suas grandes linhas, ao mapa do dinamismo econômico, em geral e dos grandes investimentos no turismo e na indústria, em particular. Monié, buscando demonstrar que o

petróleo transforma o espaço regional, esclarece que os fatores que aceleram o desmembramento na Bacia de Campos são: a redistribuição da população, as perspectivas de arrecadação fiscal, a competição por currais eleitorais e as exigências de novos atores econômicos decorrente da nova conjuntura.

Neves (2003) com base nos quatro requisitos⁶ exigidos pela Lei complementar N° 59, de 22 de fevereiro de 1990, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, analisa a mobilidade horizontal dos municípios, testando as suas condições em preencher os requisitos legais para a sua institucionalização como município autônomo. Seu estudo nos possibilita avançar nas nossas investigações sobre a viabilidade econômica, financeira e política dos municípios e sobre a estruturação e a hierarquia da rede urbana. Pois, nos interessa definir a existência ou não de um equilíbrio entre as cidades, condição fundamental para uma adequada distribuição espacial e com níveis de interação que complementem as atividades desenvolvidas.

Todos os municípios da região Norte-Noroeste Fluminense atendem aos requisitos população, número de eleitores e número de domicílio; ao passo que 11 municípios (50%) tiveram arrecadação abaixo do mínimo exigido. A maioria deles (oito) se encontra na região noroeste Fluminense. Tratam-se, também dos menores municípios em termos populacionais e territoriais e dos emancipados recentemente.

Quanto ao requisito população é necessário atentar para o fato de que a média populacional da região Norte-Noroeste Fluminense é bem inferior a média do Estado. O não atendimento

Outros dados são apresentados relativos aos indicadores sócio-econômicos, entre os municípios que atenderam a todos os requisitos legais exigido e aqueles que não atenderam ao requisito mínimo de arrecadação tributária. Os indicadores utilizados por Neves (2003) foram: população total, PIB, IDH-M, IQM (Índice de qualidade dos Municípios) IQM-carências e Indicador de Autonomia. Aqui comentaremos alguns entre os que não foram analisados anteriormente neste trabalho.

Com relação ao PIB (principal indicador do volume global da riqueza criada), Campos apareceu disparado com o maior valor de PIB, Macaé em segundo lugar e Itaperuna em terceiro. Quissamã apresenta-se como uma exceção visto que atende aos requisitos legais, mas arrecada o PIB na mesma faixa dos municípios que não atendem.

Através do IQM dos municípios apresentados por Neves, pudemos verificar que o potencial econômico e de atendimento às necessidades básicas da população é maior nos municípios que atendem aos requisitos legais. Ressalte-se que Macaé surgiu como o município de maior IQM, logo de melhor potencial econômico. Campos veio em segundo lugar seguido de perto por Santo Antônio de Pádua. Aperibé despontou como exceção entre os municípios que não atendem: com menor população, menor PIB, terceira menor arrecadação tributária, apresenta, por outro lado, um dos melhores IDH da região em tela e do Estado do Rio de Janeiro e o maior IQM dentre os municípios que não atendem aos requisitos legais.

O que pudemos aferir com esses dados é que de fato os municípios que atendem aos requisitos legais mencionados supra, apresentam as melhores condições sócio-econômicas, de qualidade de vida e têm mais possibilidades de autonomia financeira em relação às transferências governamentais e que os municípios novos já nascem dependentes de transferências governamentais.

Conclusões preliminares

A estrutura da rede urbana na região Norte-Noroeste Fluminense se revela pouco complexa, apresentando um número pequeno de pólos de atração. Na região Noroeste Fluminense, sem dúvida, Itaperuna se consolida como pólo regional. Entretanto o desequilíbrio entre esta região e a região norte Fluminense, denuncia um crescimento regional desigual. Esta desigualdade pode ser explicada, primeiramente pelo número expressivo de emancipações municipais, que por falta de critérios mais rigorosos, terminam por gerar cidades e municípios inviáveis economicamente, colocando em xeque sua autonomia político-administrativa.

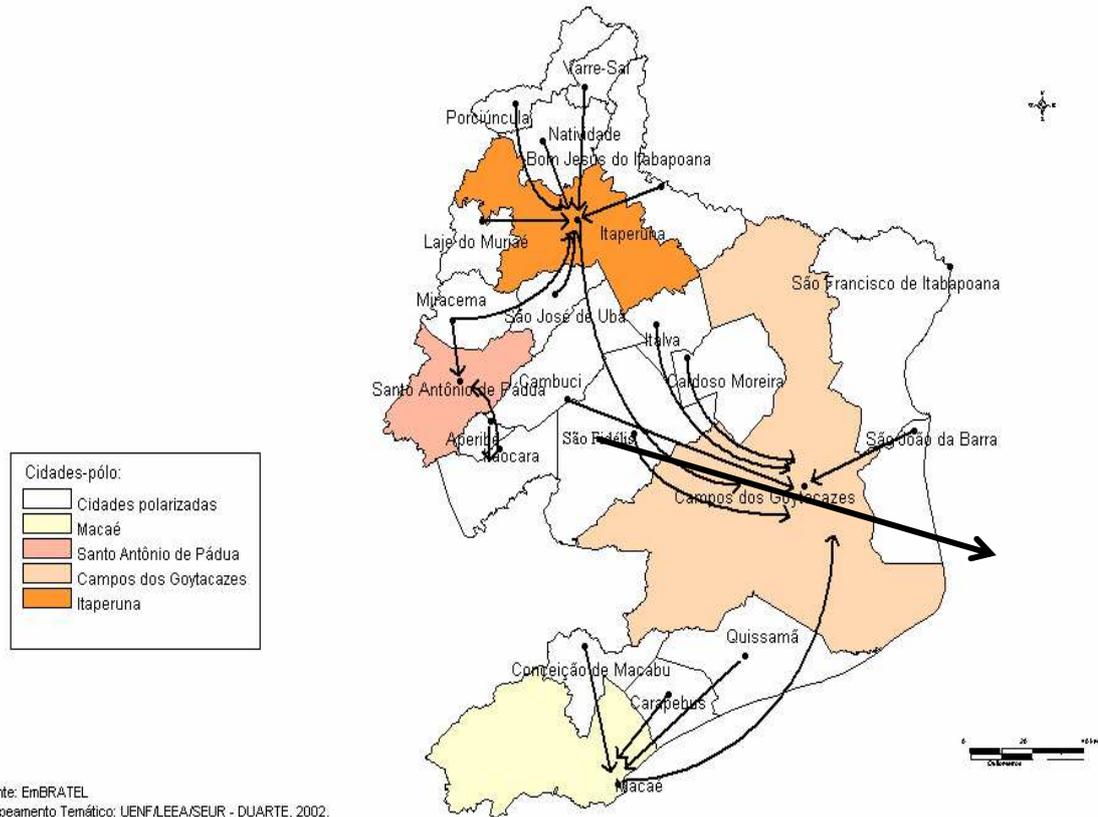
A cidade de Campos dos Goytacazes confirma a sua posição histórica de cidade centro das duas regiões em conjunto, assim como seu alto grau de polarização de fluxos de uma hinterlândia extensa. Apesar de receber os maiores benefícios financeiros a partir dos Royalties, os índices de desenvolvimento não correspondem à sua posição regional, denunciando um mau gerenciamento desses recursos.

Macaé, na mesma região Norte Fluminense, vem, a partir da implantação das atividades petrolíferas e da instalação de estabelecimentos empresariais e comerciais modernos,

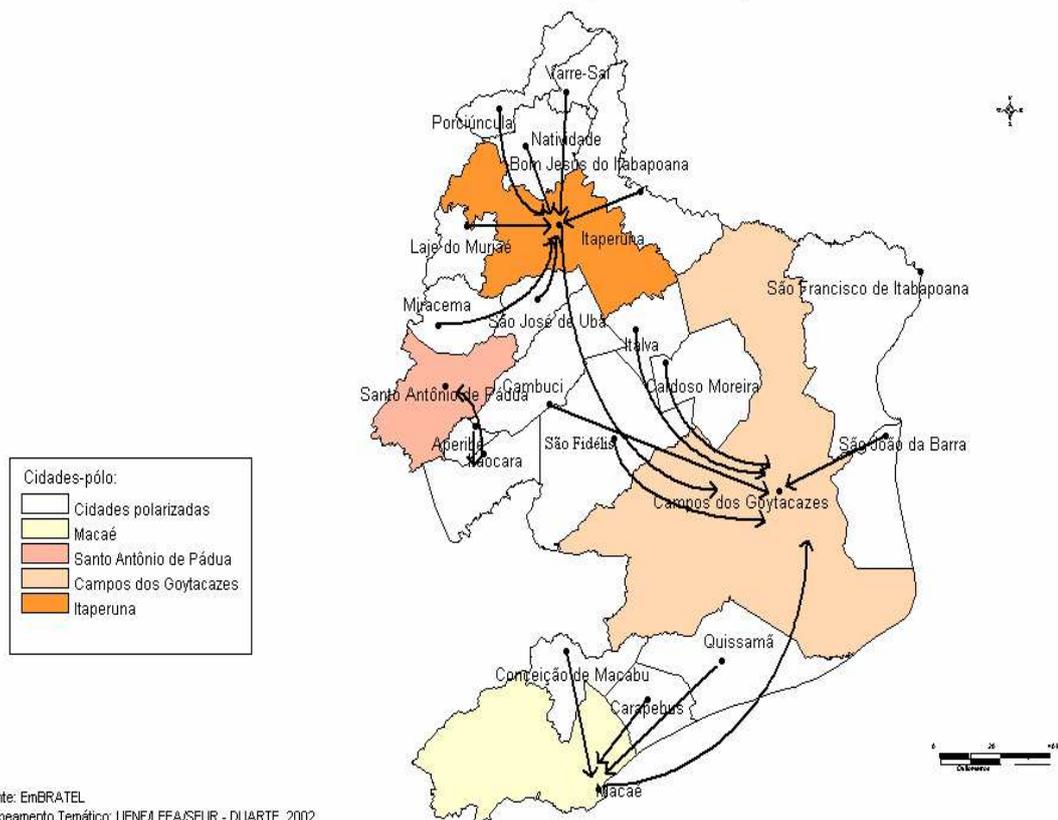
despontando como um centro polarizador, atraindo investimento e população, revelando a existência de uma rede de cidades cujas relações extrapolam não só o estado, mas o país. Este processo marca, como bem demonstraram Piquet e Monié, uma ruptura com a história da região norte Fluminense e de sua rede de cidades.

Vale ressaltar que os dados apresentados coincidem com as observações e impressões anotadas no trabalho de campo. Certamente este trabalho apresenta apenas subsídios, um ponto de partida para estudos mais aprofundados visando dar conta dos processos mais recentes que possam explicar a constituição das cidades-pólo identificadas, outros fatores que as interligam, não só com as cidades do estado do Rio, mas também com as de outros estados vizinhos, dando maior amplitude da rede urbana que elas constituem.

Mapa 1 - Fluxo telefônico e polarização da Região Norte-Noroeste Fluminense incluindo Campos dos Goytacazes



Mapa 1 - Fluxo telefônico e polarização da Região Norte-Noroeste Fluminense incluindo Campos dos Goytacazes



Referências Bibliográficas

- AZEVEDO A. De. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva, São Paulo : USP,1956.
- BREAMAEKER, F. « Limites à criação de novos municípios : a emenda constitucional n. 15 ». In Rio de Janeiro. Revista de Administração Municipal, Vol. 43, n. 2919, abr. Dez, 1996.
- CARVALHO, A. M. (Coord.) Estrutura, dinâmica espacial e qualidade de vida da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense, Campos dos Goytacazes , UENF/FAPERJ, 2002 (Relatório científico).
- CORREA, R. L. A Rede Urbana, São Paulo : Ed. Ática., 1989.
- DUARTE, D. B. As regiões Norte e Noroeste Fluminense : um olhar sobre as cidades pólo. Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais/UENF, Campos dos Goytacazes, 2003.
- FARIA, T. J. P. « Gênese da rede urbana das Regiões Norete e Noroeste Fluminense à luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde », In Encruzilhadas do Planejamento, X ENA, Anais, 1 CD-Rom, Belo Horizonte, 2003.
- _____ « Gênese da rede urbana das Regiões Norte e Noroeste Fluminense ». In CARVALHO, A. M. (Coord.) Estrutura, dinâmica espacial e qualidade de vida da rede urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense, Campos dos Goytacazes , UENF/FAPERJ, 2002 (Relatório científico).
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo : Ed. Alfa-Ômega, 1975.
- LESBAUPIN, I. « O enfrenatamento da exclusão social das prefeituras democráticas no Brasil. In Poder Local X exclusão social a experiência das prefeituras democráticas no Brasil.Petrópolis : Vozes, 2000.
- MEIRELLES, H. L. Direito municipal Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1993.
- MELLO, D. L. De. « A reforma fiscal e os Municípios »Revista de Administração municipal, Vol. 4i, n. 413, out/dez, 1994.
- MONIÉ, F. « Petróleo, Industrialização e organização do espaço regional », In PIQUET, R. (org.) Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro : Garamond, 2003.
- NEVES, C. S. Inviabilidade dos municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense criados a partir de 1985. Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais/UENF, Campos dos Goytacazes, 2003.

PIQUET, R. « Da cana ao petróleo, uma região em mudança », In _____ (org.) *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

7- Fontes:

CIDE, Rio de Janeiro: Território, Rio de Janeiro, 1997.

IBGE, Anuário Geográfico do Rio de Janeiro, nº 9, 1956. Rio de Janeiro, 1957.

_____, Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

TCE – Tribunal de contas do estado do Rio de Janeiro. *Indicadores Municipais*. Secretaria Geral de Planejamento, 2000.

¹ A partir de Cabo Frio criaram-se Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Macaé. Campos deu origem aos municípios de São Fidélis (1850), Itaperuna (1885), Bom Jesus do Itabapoana (1938) e Cardoso Moreira (1989); São João da Barra aos município de São Francisco do Itabapoana (1997); Macaé aos municípios de Conceição de Macabu (1953), Quissamã (1989) e Carapebus (1997); São Fidélis aos municípios de Santo Antônio de Pádua (1883), Itaocara (1890), Cambuci (1891) e Italva (1986); Itaperuna, aos municípios de Natividade de Carangola (1947) e Porciúncula (1947); Santo Antônio de Pádua aos municípios de Miracema (1935), Aperibé (1993), Varre e Sai (1993) e São José do Ubá (1995). Ver também Enciclopédia dos Municípios (1950) e CIDE (1997).

² Em 1822 existiam apenas 12 aglomerados urbanos com o estatuto de cidade: Belém, São Luiz, Oeiras, Paraíba (atual João Pessoa), Olinda, Salvador, Mariana, Cabo Frio, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Cuiabá; e 213 vilas (Azevedo, 1956).

³ As cidades estão relacionadas por ordem de grandeza definida pelo número de população e de cidades que polarizam.

⁴ Sobre as transformações, na região Norte-Noroeste Fluminense, decorrentes do desenvolvimento das atividades petrolíferas, ver Piquet (Organizadora: 2003), especialmente os capítulos “Da cana ao petróleo: uma região em mudança” e “Petróleo, industrialização e organização do espaço regional”.

⁵ A título de lembrança: Índice criado pela Organização das Nações Unidas que mede o desenvolvimento humano por unidade geográfica. Este índice varia de 0 a 1 e classificando os municípios da seguinte maneira: IDH abaixo de 0,5: baixo desenvolvimento humano; entre 0,5 e 0,8: médio desenvolvimento humano; acima de 0,8: alto desenvolvimento humano.

⁶ População estimada igual ou superior à população do município de menor número de habitantes do Estado; Arrecadação no último exercício, de 0,5 milésimos por cento da arrecadação estadual de impostos; Número de eleitores não inferior a 20% da população da área a ser emancipada; Centro urbano, já constituído com número de imóveis habitacionais superior a 400 unidades. Neves (2003, 32-38) faz uma leitura crítica dos requisitos legais.